

Especialista aponta dificuldades para a preservação ambiental

Convencer o produtor a destinar parte de sua propriedade para a preservação ambiental é uma das dificuldades enfrentadas pelos órgãos e entidades ambientalistas. Afirmar nesse sentido foi feita ontem pelo representante do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG), Ricardo Aguilar Galeno, no segundo dia do Seminário Nacional sobre Restauração de Áreas de Preservação Permanente (APPs), promovido pelo Ministério do Meio Ambiente e realizado no Senado.

Para que as empresas agrícolas e os produtores rurais cumpram a legislação em relação às áreas de preservação ambiental no estado de Minas Gerais, destacou Galeno, são assinados acordos com o poder público. O setor sucroalcooleiro, exemplificou, firmou em maio deste ano o compromisso de recuperar 15 mil hectares de área de preservação permanente até 2010, o que, segundo ele, já está acontecendo.

Mata Atlântica

Ricardo Galeno defendeu, durante o seminário, a apro-

vação de projeto de lei apresentado em 1992 pelo então deputado Fábio Feldmann com a finalidade de conservar e recuperar a Mata Atlântica, além de permitir a exploração sustentável de seus recursos. A proposta, na avaliação do especialista, justifica-se pela abrangência da área desse bioma – quase 70% da população brasileira e 60% do produto interno bruto estão localizados na região coberta pela Mata Atlântica. O projeto (PLS 107/03) foi aprovado pelo Senado em fevereiro deste ano e, por ter sofrido emendas, retornou à Câmara dos Deputados para a votação final.

– É necessária uma legislação específica para a Mata Atlântica e o projeto está parado no Congresso há anos – lamentou Ricardo Galeno.

O objetivo do seminário, que teve início na quarta-feira e se encerra hoje, é discutir e compartilhar experiências técnicas bem-sucedidas de restauração de áreas de preservação ambiental. As reuniões são realizadas no Auditório Petrônio Portella, do Senado.